

A EDUCAÇÃO ROMANA E O DESTINO DO LATIM PENINSULAR

Afrânio da Silva Garcia (UERJ)

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é o de apresentar, da maneira mais completa e clara possível, o sistema de educação romano e como ele influíu no destino que teve o latim na Península Ibérica.

Para fins de clareza e organização, dividi meu trabalho em três partes: na primeira, procurei dar uma visão geral do que foi a educação romana, suas partes constitutivas e os objetivos a que se propunha; na segunda, eu faço uma análise de como essa educação se processou na Hispânia romana., de que maneira ela se enquadra na Idade Média latina e quais as suas características que mais influência tiveram na Idade Média; por último, eu exponho as conclusões a que cheguei com meus estudos.

Quanto à validade de meu trabalho, acho-o de enorme importância para o avanço da pesquisa e dos estudos em meu país, visto que somos, de certa maneira, devido à nossa língua e à nossa origem portuguesa, continuadores da tradição latina. Por outro lado, o fato de termos tão poucos trabalhos disponíveis nessa área, como foi atestado pelo fato de eu ter sido forçado a basear minha pesquisa, principalmente, em trabalhos de autores estrangeiros, quer no original, quer traduzidos, confere ao meu trabalho não apenas validade, como a necessária originalidade.

2. A educação romana

A *educação romana* variou bastante no curso da história de Roma. O período que mais nos interessa é a época “*imperial*”, que compreende os séculos I e II depois de Cristo, pois foi durante esse período que a *educação romana* mais se efetivou na Península Ibérica, moldando, desse modo, a posterior *educação romano-cristã* das “escolas conventuais”. Segundo Messer (*apud* CASSANI, 1952) “esta época se caracteriza pela perda do caráter nacional e cívico da e-

ducação, o domínio do cosmopolitismo e do individualismo, o sentido egoísta, utilitário e lucrativo, o refinamento e o virtuosismo oratório”.

A *educação romana* distinguia os três tipos básicos de educação:

- 1) Primária ou elementar;
- 2) Secundária;
- 3) Superior e profissional.

Como um todo, no entanto, fundava-se ela, principalmente ao tempo da *civilização hispano-gótica*, nas sete “*artes liberales*”: a *gramática*, a *retórica* e a *dialética*, por um lado, e a *aritmética*, a *geometria*, a *música* e a *astronomia*, que constituíam as chamadas *artes matemáticas*, por outro. *Artes* indicava algo bem distinto do significado moderno de *arte*; significava “conjuntos de regras que ensinam a fazer corretamente alguma coisa” (algo como o “know-how”). *Liberais* indicava serem artes dignas de um *homem livre*, ao contrário das “*artes mechanicae*”, que servem para ganhar dinheiro e são mais próprias de um *escravo*.

Dentre as artes, estudava-se de maneira muito mais ampla e profunda as três primeiras: a *gramática*, a *retórica* e a *dialética*, chamadas de “*trivium*” a partir do século IX, do que as do “*quadrivium*” ou *artes matemáticas*: a *aritmética*, a *geometria*, a *música* e a *astronomia*. A mais estudada de todas era, porém, a *gramática*, que compreendia, de acordo com Quintiliano (*apud* CURTIUS, 1979): “*recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem*” (uso correto da língua e explicação dos poetas). Só muito mais tarde é que as palavras *gramática* e *literatura* (do grego *gramma* e sua tradução latina *littera*, ambas significando *letra*) passam a designar os conceitos distintos que hoje lhes atribuímos.

A *educação romana*, no entanto, não se limitava ao ensino das sete artes liberais. Tanto em Roma como na Espanha Romana, ensinava-se ainda: filosofia, medicina, direito, engenharia e arquitetura, artesanato, pintura, escultura, dança, etc., como nos dão prova as *Etimologías* de Santo Isidoro (livros IV, V, IX e XI a XX), assim como as esplêndidas edificações que deixaram. Não obstante, as *ar-*

tes representarão, para a Idade Média, a *ordem fundamental do espírito* até o século XII.

2.1. O ensino elementar

O infante, que antes do período imperial era atentamente dirigido e vigiado pelos pais, passa a ser negligenciado por eles, entregues que estavam aos novos prazeres e ocupações, e confiados a mãos servis, muitas vezes de indivíduos ineptos ou nocivos. Muitos autores combatiam essa despreocupação prejudicial dos pais, aconselhando-os a dedicar atenção pessoal ao infante ou a serem mais cuidadosos na escolha do preceptor.

Entre os seis e sete anos, passavam as crianças a receber o primeiro aprendizado formal, em *escolas públicas ou particulares*, sendo que o *ensino público* era *preferido* mesmo pelos romanos mais abastados. A *escola primária romana* era *mista*, ocorrendo a ela, indistintamente, meninos e meninas. Quanto aos professores, o “*pedagogus*” ou “*ludi magister*”, eram geralmente *de baixa origem*, muitas vezes *escravos*, e muito *mal pagos*, o que os obrigava a desempenhar outras tarefas, como a de escrevente, para poder subsistir. Por estas razões, os alunos os menosprezavam e não lhes respeitavam, devendo o pobre *pedagogo* usar de castigos físicos para obrigá-los a cumprir as tarefas. O *açoite* estava na ordem do dia, constituindo verdadeira tortura para os alunos e meio de desafogar o espírito malsão de certos professores.

A carência de meios dos *pedagogos* refletia a carência dos meios materiais de ensino. Não havia qualquer tipo de *edificação escolar*. Os mestres davam suas aulas onde lhes permitiam seus meios, às vezes num simples cubículo. A esta pobreza de local de estudo somava-se a pobreza dos utensílios de ensino: um ábaco, dois ou três sólidos para as aulas de geometria e pouca coisa mais. As classes tomavam todo o dia, com um breve descanso para almoçar, e eram suspensas no verão, para as “*nundinas*” e as “*quintratus*”.

Com meios tão parcos e preparação tão deficiente, que podiam ensinar tais mestres? Muito pouco: somente noções elementares de *leitura, escritura e cálculo*. Começava-se por ensinar a *ordem das letras* e logo, por meio de *memorizações*, a maioria das vezes à custa

de açoite, obrigava-se ao aluno a realização de um novo esforço: agrupá-las em *sílabas* e, posteriormente, em *palavras*. O *ensino de escritura* era ainda pior: a mão do mestre levava a do aluno e, logo em seguida, este devia reproduzir os traços que lhe punham à frente. O mesmo acontecia com a *aritmética*: consistia num monótono *escutar e repetir* e breve era cobrado do aluno realizar as mais complicadas *operações*. Esse sistema de *ensino*, com seus *meios precários*, em que os alunos eram forçados a *repetir* até o esgotamento coisas que os enfasiavam, era muito pouco eficiente. Daí o grande número de *analfabetos* existentes então. Só mesmo os alunos muito bem dotados podiam superar a *escola elementar* de maneira produtiva e pegar apego aos estudos.

Aproximadamente o mesmo tipo de ensino era ministrado aos filhos de escravos e aos habitantes das províncias. O motivo principal da implantação de *escolas romanas* na província era o de garantir a fidelidade dos cidadãos mais importantes e, ao mesmo tempo, deslumbrá-los com o aparato com que tratava seus filhos, mas havia também o intuito de instruir a população, para que se formasse nela uma consciência de serem parte do Império Romano, de modo a garantir uma base firme para a administração romana. Não podemos concordar com Plutarco (*apud* CASSANI, 1952), quando diz que os romanos *fingiam instruir* os jovens espanhóis, mas na verdade “os tomavam como *reféns*”, pois a *educação*, juntamente com os *jogos*, o *teatro*, as *estradas*, etc., fazia parte do esforço romano de *dominação pacífica*, em suma, de *romanização* das regiões conquistadas.

2.2. O ensino secundário ou do gramático

Concluído o trabalho do “*ludi magister*”, numa idade aproximada de doze anos, passavam os meninos, já com certa preparação, a receber a instrução do “*gramaticus*”. Tal ensino, inspirado nos moldes gregos, havia começado no século II antes de Cristo. Seu objetivo era capacitar os jovens romanos a administrar e governar sem inconveniente as novas terras conquistadas. Por isso mesmo, era ele *privilegio* da *classe dominante*, de modo a evitar que esta perdesse sua hegemonia e, conseqüentemente, a da Cidade Eterna. Para esse tipo de ensino, os romanos aproveitaram-se inicialmente dos emigrantes políticos da Ásia Menor ou do Egito. Os *professores roma-*

nos herdaram destes seu uso; daí, a *retórica* continuar sempre a ser ensinada em *grego*, enquanto a *gramática* era ensinada em *grego* e *latim*.

Nas escolas desse tipo, ensinava-se aproximadamente as matérias conhecidas com o nome de “*trivium*” e “*quadrivium*”: *gramática*, *retórica* e *dialética*; *aritmética*, *geometria*, *música* e *astronomia*. É importante notar, entretanto, que a *retórica* gozava de uma *posição privilegiada* dentro desse contexto, já que tanto Cassani quanto Curtius dedicam a ela capítulos separados: o primeiro dedica um capítulo a *Literatura e Educação* e outro a *Retórica*, enquanto o segundo *separa O ensino secundário ou do gramático do Ensino de retórica*. Nesta seção, abordaremos os *elementos constitutivos da retórica*, conforme os apresenta Isidoro, na parte referente ao *ensino secundário*, deixando para apresentar as *características das classes de retórica* para a parte referente ao *ensino superior e de ofícios*.

O *gramático* devia dedicar o máximo de seus esforços a desenvolver no aluno o *maior desembaraço possível no falar e escrever*, mediante o estudo tenaz dos textos dos autores. A princípio, os textos eram especialmente Homero, os trágicos, os cômicos, os líricos e as obras de Esopo, ao passo que os textos latinos se limitavam a Lívio Andronico, Ênio e Terêncio, mas logo a situação se modificou e os autores latinos, principalmente depois da reação de Cecílio Epirota, passaram a ser privilegiados: Virgílio e Cícero, inicialmente, e depois Sêneca, Horácio, Ovídio, Lucano e outros.

Os *gramáticos* eram mais bem vistos que os *mestres elementares*, mas nem por isso eram muito melhor pagos: recebiam menos do que um cocheiro bem sucedido. Os *métodos* em que se baseavam os gramáticos estavam apoiados, como quase toda a instrução romana, na *memória*. Consistiam na *repetição* de textos, seguida de seu exame detalhado, como segue:

- a) Ditado do texto.
- b) Repetição memorizada.
- c) Imitação. Tradução de verso em prosa ou vice-versa.
- d) Análise das palavras.

e) Composição (Geralmente explicação de uma máxima ou elogio de uma boa ação).

Sem dúvida alguma, esse tipo de ensino dependia muito da *preparação do gramático*, que resultava muitas vezes deficiente. Estudaremos agora a constituição das matérias básicas desse ensino, o chamado *trívio*: *gramática*, *retórica* e *dialética*, deixando de lado as matérias do *quadrívio*, que pouco nos interessam para esse trabalho.

2.2.1. A gramática

Segundo Isidoro, o ensino de gramática era “a origem e fundamento das disciplinas liberais”. O *princípio do ensino da gramática* seria o ensino das *letras comuns*, ou seja, *ler e escrever*. Tal ensino era feito de uma *maneira bem pouco científica*, com narrações acerca das *origens das letras* e a inclusão do estudo das *letras “místicas”*. Ao mesmo tempo, é ensinada a *correlação* de determinadas *letras* com *números*, como em I e X. Ele discorre também acerca do *nome*, da *figura*, do *poder*, da *ordem* e do *acento* das letras.

À parte essas informações aleatórias, ele faz também distinção entre *vogais*, *semivogais* e *mudas*. É importante notar que, embora utilizassem a mesma denominação que hoje em dia se usa, o significado de *semivogais* e *mudas* era bastante diferente: *semivogais* eram aquelas letras cujo nome começava pela letra *e*, como *r*, *f*, *m*., *n*, *l* e *s*, enquanto *mudas* são aquelas letras cujo nome acaba com a letra *e*, como *b*, *c*, *d*, *g* etc. As *semivogais* e *mudas* formavam as *consoantes*, cuja definição, assim como a das *vogais*, era a mesma que a atual.

As *partes da oração* eram divididas em oito partes: *nome*, *verbo*, *pronome*, *advérbio*, *particípio*, *conjunção*, *preposição* e *interjeição*. Isidoro concorda com Aristóteles em que a oração se divide em duas partes principais: *nome* e *verbo*, já que as demais estariam a estas relacionadas (uma relação bastante semelhante a atual relação entre *determinante* e *determinado*). O *nome* se distinguiu, no entanto, da noção de *determinado*, por incluir o *substantivo* e o *adjetivo*, chamado *epíteto*. O *nome* era dividido em inúmeras categorias, entre as quais *principais* (primitivos) e *derivados*, *sinônimos* e *homônimos*, *relativos* (quando partes de um contraste) e várias outras, de acordo

com o *significado* ou o *número de casos* possíveis ou a sua *ascendência*. Distingua o *nome* as categorias de *comparação* (positivo, comparativo e superlativo), *gênero* (masculino, feminino, neutro, comum e epiceno), *número* (singular e plural) e *casos*.

O pronome se dividia em *determinado* (pessoal), *indeterminado* (indefinido) e *menos que determinado* (possessivo ou demonstrativo), em *primitivo* ou *derivado* (como qualquer). O *demonstrativo*, quando *adjetivo*, chama-se *artigo*.

O *verbo* tinha *tempo*: passado, presente e futuro; *forma*: meditativa (mostra desejo ou intenção), incoativa (progressivo) e frequentativa; *modo*: indicativo, imperativo, optativo (hipotético), conjuntivo (para orações subordinadas) e infinitivo; *conjugação* e *gênero* (voz): ativo, passivo, neutro (como em *jazer*), comum (recíproco) e depoente. Isidoro distingue o *verbo* dos *gramáticos* do dos *retóricos*: oração, fala.

O *advérbio* é definido como algo que se une “ad verbum” para fazer sentido. O *particípio* é definido como algo que toma parte nas condições do nome (gênero e casos) e do *verbo* (tempo e significado). A *conjunção* é aquilo que *conjunge* os conceitos ou orações. Podem ser *copulativas* (aditivas), *disjuntivas* (alternativas), *subjuntivas* (integrantes), *expletivas* (que completam a coisa proposta, como *se não... ao menos*), *comuns* (as que podem ser mudadas de posição), *causais* e *racionais* (definição confusa, exemplificada por *como*). As *preposições* podem ser de *acusativo*, de *ablativo* ou *prefixais* (como em *deduzir*). As *interjeições* tinham a mesma definição que hoje.

Depois, Isidoro discorre acerca da parte fônica da língua e da métrica. A *sílabas* era dividida em breve, longa e comum (que pode ser longa ou breve). A *métrica* era muito bem estudada. Distinguiam-se *vinte e quatro* diferentes tipos de *pés*, de acordo com o *número de sílabas* (de dois a seis) e a relação entre “*arsis*” (a parte acentuada) e “*thesis*” (a parte não acentuada). Os *metros*, por sua vez, recebiam várias classificações, conforme os *pés*, os inventores, quem mais usava, a matéria de que tratavam ou as situações a que se aplicavam. Estudava-se também o que era *poesia* e suas *partes*. Os *acentos* compreendiam os atuais, os de *quantidade*, os de *aspiração* e a *diástole*, que era o oposto do *hífen*. A pontuação era feita pela *posição do ponto*: vírgula (o ponto ficava abaixo da linha), cólon ou dois pontos

(o ponto ficava no meio da linha), e ponto mesmo (o ponto ficava acima da linha). Estudavam-se as *siglas das sentenças* (atuais sinais tipográficos), em número de *vinte e seis*, além de outras siglas: vulgares, jurídicas, militares e de cartas. Isidoro fala do uso de sinais com os dedos e logo passa a *ortografia*, citando 30 exemplos, sem nenhuma metodologia de escolha, puramente ao acaso.

Em seguida, ele fala de relações de significado. A *analogia* era baseada no conceito de *semelhança*, diferenciada da *anomalía* (semelhança de sons entre palavras díspares, como *lupus* e *lepus*). A *etimologia* consistia na maioria das vezes, na verdade, do que hoje se chama *etimologia popular*. A *glosa* seria a explicação de uma coisa por seu sinônimo, enquanto a *diferença* era a explicação pelo contrário.

Os vícios são: *barbarismo* (erro de pronúncia), *solecismo* (erro de construção), *cacófato*, *pleonismo*; *perissologia* (pleonismo exagerado), *macrologia* (redundância), *tautologia*, *elipse*, *cacossíndeto* e anfibologia (ambiguidade).

Os *metaplasmos* ou *transformações* se deviam à licença poética e são: *prótese*, *paragoge*, *ectase*, *epissinalefa*, *eclipse*, “*antístes*” (troca de letras) e *metátese*.

A gramática romana era abundante em *figuras do discurso*, divididas em *esquemas*, figuras de construção, e *tropos*, figuras de palavras. As *figuras de gramática*, importantes para a explicação dos poetas, e as *figuras de retórica* distribuíam-se, sem muito rigor, numa ou noutra categoria. Curtius diz: “A tropologia não possui uma sistemática satisfatória”. Essa discrepância deve-se, bem como a “variação das enumerações e característica das figuras”, à *diversidade de opiniões* das escolas.

Isidoro classifica os seguintes *esquemas*: *prolepse* ou inversão, *zeugma* (um verbo para várias orações), *hipozeuxis* (um verbo por oração), *silepse* (ausência de concordância), *anadiplose* (começo de verso pela palavra final do anterior), *anáfora* (repetição no início de vários versos), *epanáfora* (repetição no início e meio do verso), *epizeuxis* (repetição seguida), *epanalepse* (repetição no início e fim de verso), *paranomásia* (palavras de som semelhante e sentido diverso), “*squesis onomaton*” (palavras associadas), “*paromeon*” (aliteração).

ção), “*homoteleuton*” (mesma terminação), “*hemeoptoton*” e “*polyp-toton*” (figuras casuais), “*hirmos*” (oração intercalada por outra), *polissíndeto* e *assíndeto*, *antítese* e *hipálage*.

Os *tropos* eram: *metáfora*, *catacrese*, *metalepse* (o antecedente pelo consequente e vice-versa), *metonímia* e *sinédoque*; *antononmásia* (dizer por rodeios) e *perífrase*; *epíteto*, *onomatopeia*; *hipérbato* (dividido em: *anástrofe*, “*histeron proteron*”, *parênteses*, “*tmesis*” e “*synthesis*”); *hipérbole*, *alegoria*, *ironia*, *antífrase*, *enigma*, *eufemismo*, *paremia* (uso de provérbios), *sarcasmo*, “*homeosis*” (subdividido em *ícone*, *parábola* e *paradigma*) e *símile*.

Isidoro define a *prosa* e a *fábula*, dividindo esta em *esópicas* (em que não há homens) e *libísticas* (onde os homens interagem com os animais). A *história*, por sua vez, é definida como a *narração do acontecido*. Os primeiros historiadores são Moisés, Dares da Frígia, Heródoto e Ferecides. A *utilidade da história* é a de *esclarecer o presente pelo passado*.

2.2.2. A retórica

Retórica é a arte da oração, a ciência de bem falar nos assuntos civis, de forma a persuadir pela *eloquência*. Constituiu ela um ideal de vida, de beleza, uma coluna básica da cultura antiga. Mas a *retórica* que penetrara a Hispânia, ao tempo do *Imperium*, já tinha assumido outra feição. Como diz Curtius:

A queda da república influiu na eloquência romana, no mesmo sentido que o domínio macedônio, e depois romano, na grega. Sob o principado de Augusto e sucessores, o discurso político teve de emudecer. A retórica torna-se eloquência escolar. Promove exercícios (*declamationes*) sobre processos forenses simulados. Tácito estudou o declínio da retórica em seu *Dialogus de Oratoribus*. Mas já de há muito se abria à retórica um novo campo, com a sua passagem para a poesia romana. Isso foi obra de Ovídio. Ele “tomava um tema para versar ou, como acontecia nas declamações, mandar que outra pessoa falasse. (. . .) Aqui a retórica entra a serviço de uma poesia amena e espirituosa, e eleva com a sua graça o encanto da matéria interessante. Mas a retórica também consegue tirar o maior efeito de um conteúdo trágico, pela acumulação da tragédia, tensão, gradação e exagero. Aparece, depois, o estilo patético, representado nos tempos neronianos pelas tragédias de Sêneca e pela epopeia de Lucano...

Afora esse *uso literário da retórica*, transforma-se esta em pura *eloquência escolar*.

A retórica antiga compreendia cinco partes: *invenção*, *disposição*, *elocução*, *memória* e *ação*, sendo as últimas duas de pouca monta. Dentre as outras, a mais importante era a *disposição*, que se dividia em *exórdio*, *narração*, *argumentação*, *refutação* e *conclusão*. A *perda da liberdade* na época imperial levou a perda da importância da *refutação*, a qual nem é citada por Isidoro.

Havia três gêneros de causas ou de eloquência: o *discurso forense* ou *judicial*, o *deliberativo*, que dizia o que se deve ou não fazer, e o *laudatório* ou *demonstrativo*, também usado para censura. Com o Império, desaparece o *discurso forense*, reduzido a simples exercício escolar, e desenvolve-se enormemente o discurso *laudatório* ou *pomposo*. Nas *argumentações*, os oradores costumavam usar uma série de argumentos pré-fixados pela tradição, apropriados à *descrição*, ao *desenvolvimento* e a *variação*: os *topos* ou “*loci communes*”. Esses *topos* foram tão importantes que geraram uma disciplina: a *tópica*.

Além dos *topos*, usavam-se muitos recursos para persuadir a audiência: as *sentenças* e *exemplos*, comuns à retórica e à gramática; a *linguagem*, que devia ser isenta de vícios, correta e com bom uso das figuras de palavras, como *anadiplose*, *antítese*, etc., e *figuras de sentenças*, como *paradoxo*, *ironia*, etc.; e o *estilo*, que devia usar de *etopeia* (personificação histriônica), *grandeza* ou *moderação* (conforme a causa).

2.2.3. A dialética

A *dialética* ou *lógica* é uma divisão da filosofia. A filosofia é o conhecimento das coisas humanas e divinas. Divide-se em *física*, que estuda as coisas naturais e abrange as disciplinas do quadrívio, em *ética*, que estuda a moral, e em *lógica*, que estuda as causas das coisas, o que é *racional*. O estudo da dialética romano baseava-se na “*Isagoge*” de Porfírio: “O homem é um animal racional, mortal, terreno, bípede e capaz de rir”; e nas “*Categorias*” de Aristóteles: qualidade, quantidade, substância, relação, tempo, hábito, atividade e passividade. Os *silogismos* (argumentações) *dialéticos* eram de vá-

rios tipos, de acordo com os critérios de *universal* versus *particular* e *afirmação* versus *negação*. As *definições* das coisas eram feitas a partir de *descrição*, *comparação* ou *associação*. Os *tópicos* eram divididos em *intrínsecos*, *extrínsecos* e *afeitos* (relacionados) à causa. Isidoro apresenta, ainda, uma excelente descrição dos *opostos*, em que apresenta a *diferença*, atualmente vigente na linguística, que divide os *opostos* em *graduáveis* e *não graduáveis*; temos, então, os *contrários*, como *branco* e *negro*, os *relativos*, como *único* e *duplo*, a *privação*, como *cegueira* e *visão*, e a *negação*, como “Sócrates lê” e “Sócrates não lê”.

A partir do século XII, o aumento de prestígio da *dialética* ira ser responsável pela derrocada dos *autores didáticos*, junto a outros fatores.

2.3. O ensino de retórica e o ensino superior

O orador de Catão, “*vir bonus et discendi peritus*” (o homem bom e perito na arte de falar), deixa de existir no Império Romano. A *eloquência*, privada de sua capacidade de ação, torna-se uma coisa vazia, uma simples arte do palavrório. Suetônio (*apud* CASSANI, 1952) diz: “chega a um ponto que faz temer pela sorte de um povo que deixa o melhor de sua juventude se alimentar com tão mesquinho conteúdo intelectual”, preparando-o, como disse Sêneca, “*non vitae sed scholae*”.

Havia um desprezo geral por parte dos escritores de importância contra a falsa posição dos *professores de retórica* que, mesmo quando bem intencionados, equivocavam o caminho ao utilizar um método que conduzia ao contrario do que pregavam.

Os *professores de retórica*, regamente pagos em muitos casos, mal pagos em outros, foram um elemento característico de sua época, exercendo muita influência sobre as gerações romanas, em classes muito numerosas. Se a influência foi boa ou má, é outro caso: embora a maioria se pronuncie contra, há quem ache que os exercícios monótonos desenvolviam as condições de atenção e raciocínio do aluno.

Ademais, a *eloquência* era considerada uma necessidade para o *homem culto* e, especialmente, para chegar a melhores posições e escalar socialmente.

O *estudo superior* na Roma Imperial era dividido, basicamente, no estudo dos “*autores*” e no exercício prático das matérias. A *importância dos autores*, aliás, é uma das principais características da educação romana, como um todo. Ainda não existia uma ciência ou disciplina, na acepção moderna do termo.

O que existia era um *estudo dos grandes autores e sábios* desta ou daquela matéria; a *dialética* era o estudo da “*Isagoge*” de Porfírio e das “*Categorias*” de Aristóteles; a *gramática* era o estudo da “*ars minor*” e “*ars maior*” de Donato, da *Institutio Grammatica* de Prisciano e, a partir do século I, da parte da *Institutio Oratoria* de Quintiliano referente à gramática, além de uma infinidade de *sentenças* e *exemplos* de outros autores; a *retórica* consistia, basicamente, na *Retórica a Herênio*, de autor desconhecido, no *Da Invenção* de Cícero e na *Institutio Oratoria* de Quintiliano, além de *máximas* e *exemplos* tomados a vários autores; a *medicina* fundava-se em Galeno e Hipócrates; a *história* é a história de Heródoto ou de Orósio ou a da *Bíblia*, e assim por diante.

3. O destino do latim peninsular

Os romanos chegaram a Península Ibérica no século III a.C., durante a guerra com Cartago, guerra que se prolongou de 264 a 146 a.C. A anexação da Hispânia como província, porém, só se deu em 197 a.C.

A *dominação de Roma* continuou até 395 d.C., data que marca o fim do Império Romano do Ocidente e começo da Idade Média, com a *queda de Roma*, invadida pelos bárbaros germânicos. A *Hispânia*, no entanto, mantém-se como *província romana independente* até a chegada dos alanos, asdingos, sílingos e quadossuevos em 409.

A última província hispânica a ser anexada foi a *Lusitânia*, em 25 a.C. Os cantabros, porém, nunca foram dominados e permanecem até hoje como um povo à parte: os *bascos*. Devido às diferenças peculiares a cada região, os romanos dividiram a Hispânia em

três regiões ou províncias: *Bética*, a de dominação mais antiga, a mais romanizada e a mais importante; *Lusitânia*, a segunda em importância, mas bem menos romanizada; e *Tarraconense*, a mais atrasada, submetida a invasões e revoltas constantes.

Os romanos, grandes administradores que eram, trataram logo de procurar *romanizar*, isto é, adaptar à sua cultura e civilização, os povos vencidos. Para tanto, valiam-se principalmente da *educação*, das *artes* e da *diversão*, sendo a *educação* o fator mais importante da romanização.

A *educação romana* foi amplamente difundida na Península Ibérica, não só na Bética, como na Lusitânia e na Tarraconense, em todas as suas formas: elementar, secundária e superior. Disso dão provas as “*Lex Metalli Vipascensis*”, que atestam a existência de “*ludi magistri*” em Portugal já no século I a. C., e também quatro inscrições procedentes de Écija, Abdera e Tarragona (duas inscrições), sobre pedagogos; as inscrições de Astorga, Sagunto, Clunia e Tricio, sobre a atividade de certos “gramáticos”; e as inscrições de Cádiz e Collipot a respeito de “rhetores”.

Além dessas provas documentais do vulto da educação romana, temos ainda a evidência da importância dessa educação no grande número de *escritores hispânicos* talentosos: Sêneca, o Reitor; Sêneca, o Filósofo; Marcial; o grande Lucano; Quintiliano, o mestre de retórica; Pompônio e Mela. Também servem para atestar a importância da Hispânia os *imperadores romanos* nascidos na Hispânia: *Trajano*, *Adriano* e *Marcos Aurélio*.

A *organização da educação romana*, centrada na *gramática* e na *retórica* e, bem menos, na *dialética*, foi importantíssima para o *destino do latim* na Península Ibérica. Como todas essas três “artes” são vinculadas à *fala*, à *habilidade no falar*, o estudante de qualquer uma delas estava sempre, de uma maneira ou outra, estudando *latim*. Por outro lado, o *estudo dos autores*, em todas as disciplinas, reforçava ainda mais esse aprendizado eminentemente linguístico. Não é à toa que a Hispânia produziu um autor do porte de *Quintiliano*, cujo *Institutio Oratoria* constitui o modelo da *retórica*, não só da época imperial, como de toda a Idade Média.

O *latim* que chegou aos hispânicos influiu, também, no destino do *latim peninsular*. Como a Hispânia foi a terceira região a ser anexada ao Império Romano, em 197 a.C., apenas cerca de 40 anos após a Sicília e a Córsega e Sardenha, cerca de 100 anos antes da Gália, recebeu um *latim vulgar* bem menos modificado do que o das regiões conquistadas posteriormente. Essa seria uma das causas principais de ser o *português*, hoje em dia, juntamente com o *sardo*, as duas línguas que mais semelhança guardam com o latim.

Outra causa dessa *extraordinária semelhança* entre o *latim vulgar* (“sermo vulgaris”) e o *português*, que faz com que praticamente não se distingam as *tendências de evolução* do latim vulgar daquelas do português, é o fato de, tendo a *romanização* se processado por toda a Península Ibérica, após a separação entre Portugal e Espanha, esta passa a funcionar como um estado-tampão, profundamente *romanizado*, contra a influência de transformação linguística do resto da Europa e da África.

Não menos importante, para o destino que teve o latim na Península Ibérica, foi o fato de os *germanos*, ao invés de imporem sua cultura aos vencidos, adaptarem-se a esta. Curtius diz: “Logo que tomavam pé, os seus reis cercavam-se de mestres de retórica, juristas e poetas”, e depois, “A invasão dos bárbaros não mudou os traços essenciais da vida espiritual no espaço do Mediterrâneo ocidental”. Por isso, pode-se dizer que, a partir de 586, com a conversão de Recaredo por Isidoro de Sevilha, o *Império Romano volta a existir*, não mais centrado na *Itália*, mas na *Espanha romano-goda*, e continuará a existir, como centro irradiador da *cultura latina*, de sua língua e de sua educação, até a *invasão dos árabes*, em 711. Mas a *cultura latina*, difundida por Isidoro de Sevilha, continuará a ser a *tônica dominante* de toda a Idade Média, daí a tese moderna de *Idade Média latina*.

4. Conclusão

Pelo que vimos, a *educação romana* desempenhou um papel de profunda importância no desenvolvimento que sofreu o *latim* na Península Ibérica. Por ser um aprendizado eminentemente linguístico, ajudou a *romanizar* a Península Ibérica, assim como ajudou a dar

uma *diretriz normativa uniforme*, devido à importância primordial da *gramática*; por ter sido difundido nos mais remotos rincões do país, impediu, de certo modo, uma *dialeção* exagerada; por terem mantido suas características, a despeito das influências externas, ajudaram na *conservação da língua latina* na forma mais pura em que ela sobrevive, como a “última flor do Lácio, inculta e bela”: o *português*.

BIBLIOGRAFIA

ALTON, E. H. Ovid in the Medieval schoolroom. In: _____. *Proceedings of the classical association*. Cambridge, 1937, p. 32-35

CÂMARA JUNIOR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979, p.7-25

CASSANI, J. L. Aportes al estudio del processo de la romanización de Espana. Las instituciones educativas. In: *Cuadernos de historia de España*. Buenos Aires, 1952, p. 50-70

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976, p. 29-52

CUNHA, Celso & CARDOSO, Wilton. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p. 47-56

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 1-81

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982, vol. I, p. 181-226

SEVILLA, San Isidoro de. *Etimologías*. Trad. Luis Cortés y Gongoira. Madrid: Editorial Católica, 1951, p. 1-79 (Introducción general) e 5-73 (Libros I e II).